



Museu arqueológico e etnográfico: cruzamentos e caminhos para a musealização¹

Marília Xavier Cury²

1 Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, em João Pessoa/PB, GT 021 - Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação.

Este texto foi adaptado e ampliado de Cury, M. X. Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão (2016d).

2 Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

A inexistência de legislação específica e de normativas se torna preocupante para aqueles que se dedicam cotidianamente à musealização de coleções provenientes de culturas indígenas, para os próprios indígenas e os profissionais de museus. Apesar das lacunas ou ausência de suporte das políticas públicas para a musealização de coleções na atualidade, o museu deve buscar a regularização da tomada de registros visuais e sonoros e a entrada de objetos indígenas nos museus (*musealia*), bem como construir uma política que regule a coleta, entradas, usos e normalização para o sistema documental da instituição, a fim de avançar nas questões inerentes à gestão de coleções. É exatamente no ponto de cruzamento entre o quê, porque e como deve ser feito, as interpretações possíveis (que extrapolam muitas vezes o museu) e as impossibilidades de fundamentos, que a discussão que propomos se faz necessária. O ponto central recai sobre a produção de conteúdos intangíveis a partir do tangível e da musealização no e do contemporâneo. No entanto, igualmente central são os novos olhares sobre as coleções formadas no passado, pois sobre elas recaem outras intangibilidades, sobretudo considerando que tais coleções carregam em si outras concepções de outros tempos que precisam ser reveladas e explicitas no momento atual, além de passar por novos crivos éticos que reconduzam a museografia, a considerar os direitos indígenas na atualidade, revendo o passado criticamente.

Este texto visa, então, discutir os direitos dos povos indígenas na relação com os museus, mas também outras orientações

cabíveis sobre patrimônio indígena, partindo do pressuposto de que legislação e ética devem se complementar. Entendemos que, com isso, avançaremos não somente no debate, mas na prática museal, possivelmente intervindo em outras esferas de atuação da preservação e curadoria, da musealização, das quais os indígenas participam, devendo ser respeitados.

As considerações e os argumentos apresentados partem de pesquisa empírica com grupos indígenas na relação destes com o museu, destacando a centralidade das instituições museais na preservação patrimonial.

Museus e indígenas - novas relações

Há séculos que os museus se relacionam com povos indígenas, porém, o contrário é mais recente.

Não podemos nos esquecer que os museus etnográficos e arqueológicos se constituíram pelo colecionismo, afirmado por saques, pilhagens em conflitos, espólios, trofeus de guerra, ações militares, ora expansionistas *para* e *pelo* colonialismo, mas também decorrentes da colonialidade, conjunto de regras que se manifestam no ideal da economia, do desenvolvimento e crescimento (Mignolo, 2018), muito acentuadamente no presente na versão neoliberal presente também nas universidades e nos museus.

A antropologia, a arqueologia e a museologia são áreas, assim como outras, que vêm se transformando, mas que deixaram marcas do passado nos museus, por meio de coleções formadas sob concepções de outras épocas. A musealização, então, acumu-

la musealidades aos *musealia* coletados no transcurso do tempo, deixando sucessivas e diferentes marcas na museografia.

É por meio da musealização que a mudança de *status* do objeto acontece, caracterizada como a passagem de um meio onde circula para o mundo museal disciplinar e normativo; trata-se da inserção no mundo cultural da preservação pela musealidade. Já a museografia, prática de museu ou museologia aplicada, define-se como conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos que estabelecem os sinalizadores de que os *musealia*, “aquilo que nos é apresentado [,] não pertence à vida, mas ao mundo fechado dos objetos” no museu (Desvalles; Mairesse, 2014, p. 70).

Os objetos no museu são desfuncionalizados e “descontextualizados”, o que significa que eles não servem mais ao que eram destinados antes, mas que entraram na ordem do simbólico que lhes confere uma nova significação (o que conduziu Krzysztof Pomian a chamar esses “portadores de significado” de semióforos) e a lhes atribuir um novo valor – que é, primeiramente, puramente museal, mas que pode vir a possuir valor econômico. Tornam-se, assim, testemunhos (con)sagrados da cultura. (Desvalles; Mairesse, 2014, p. 70).

Os *musealia*, por sua vez, são objetos museológicos que passam pela musealidade, atribuição de valores científicos, culturais, simbólicos, objetivos, subjetivos, no momento da seleção (escolha pela musealidade), antes da coleta no lugar de origem ou procedência. Ou seja, “Não basta estar no museu, o objeto necessita tornar-se museológico e fazer parte de uma realidade cultural distinta” (Cury, 2020a, p. 132) daquela da qual foi retirado.

Essa objetivação sistemática das coisas permite estudá-las muito mais a fundo do que se elas permanecessem em seus contextos de origem (campo etnográfico, coleção privada ou galeria), mas também pode apresentar uma tendência fetichista: uma máscara ritual, uma vestimenta cerimonial, uma ferramenta de arar, etc. mudam bruscamente de status ao entrarem no museu. (Desvalles; Mairesse, 2014, p. 70).

Apesar das concepções acima, a musealização é processo contínuo de integração (acúmulo) e manutenção (continuidade) dos objetos no museu, revalidando sua importância museal sob um olhar no presente. Em outras palavras, estamos sempre revalidando, mas também atualizando os motivos pelos quais os objetos se mantêm como *musealia*. Dito de outra forma, se a musealidade constituiu-se em um sistema museal antes visto como fechado, hoje se estrutura em bases disciplinares, mas com outras participações, pois a musealidade é ora excludente – pois retira/omite atributos –, ora cumulativa, uma vez que retem muitas e diversas atribuições de diferentes orientações, de múltiplos contextos e fragmentações sociais, além das visões dos especialistas. “Com isso, temos que colocar em discussão o pós-colonialismo, a descolonização e as conquistas civis em torno do direito à memória e à participação na musealização.” (Cury, 2020a, p. 136).

A musealização compreende olhares de hoje sobre o passado dos museus e das áreas que os constituem interdisciplinarmente. Nesse sentido, e considerando que há inúmeras musealidades (des)concatenadas em um mesmo museu, há muitas falas justapostas, sobrepostas e mesmo opostas ou contraditórias, que

revelam também o colecionismo presente por meio de seus coletores, formadores de coleções. O museu, a partir da curadoria das coleções de culturas diversas, representa essas culturas, mas representa fundamentalmente a si mesmo simbolicamente (Cury, 2020a), ao tempo que manifesta o seu poder a partir da musealidade e musealização dos patrimônios culturais alheios, nos museus de arqueologia e etnologia.

Os museus são o que constroem sobre si, o que agregam, as ideias que selecionam (e omitem, rejeitam) para si, suas políticas (institucional, de comunicação museal, de curadoria e gestão de acervo).

Pela musealidade e musealização, os museus etnográficos e arqueológicos ainda mantêm controle sobre aquilo que é do “outro” e, em certa medida, exercem o controle sobre o “outro”, por meio dos seus objetos, pois preservam, mas o fazem à revelia do conhecimento dos indígenas, na maioria das vezes, e sem contar com o protagonismo indígena como uma prática na musealização.

Hoje, não podemos mais deixar de falar de museus etnográficos e arqueológicos sem considerar a participação indígena nos processos de musealização. E isso tem implicações, tais como: informar os povos, populações e grupos sobre o que está sob a guarda dos museus (coleções arqueológicas e etnográficas) e como se deram as coletas, prestar contas das ações de curadoria empreendidas, realizar curatorias compartilhadas e em colaboração, para que os direitos à musealização sejam reconhecidos e gerem ações de fato.

Na curadoria e na museografia, é preciso garantir o lugar dos indígenas e os pontos de vista dos indígenas – como se veem no museu e como veem aquilo que é seu no museu.

Os museus etnográficos e arqueológicos precisam construir uma pauta nova, um olhar crítico sobre o colonialismo e a colonialidade, mas também retrabalhar a curadoria, rever a política de gestão de acervo, estudar as coleções com outros referenciais, ampliar a base documental, rever os discursos das exposições e das ações de educação, em se tratando das ações que estruturam o museu, abrindo-se à participação dos indígenas e a novas incorporações.

Percurso

Se propomos novas concepções, metodologias, formas, formatos, narrativas e discursos para os museus, estamos afirmando que isso deve se dar também com as participações indígenas em ações conjuntas na musealização, de modo a intervir nos processos curatoriais e na museografia com suas contribuições. As relações dialógicas fazem parte destes processos e, pelo tanto que isso exige e aciona, tais processos dinâmicos de trocas e mútuas influências compreendem também as divergências e conflitos, como as negociações e elaborações de acordos tácitos no rol de interesse da comunicação museológica, subárea da museologia que se ocupa também da expologia e da educação museal, embora não somente, pois seu alcance é maior. A participação e o

que ela envolve é um tema caro à museologia e, obviamente, à comunicação museológica.

As experiências aqui consideradas fazem parte da construção de um pensamento que, na comunicação museológica, traz questões de natureza ética surgidas nas relações que o museu pode/quer engendrar.

Nessa perspectiva, enfrentamos a construção de relações no trabalho conjunto entre os grupos indígenas presentes nas regiões Centro-Oeste e Oeste do estado de São Paulo – Kaingang, Krenak, Terena e Guarani Nhandewa, das TI Icatu (Braúna), Vanuíre (Arco-Íris) e Araribá (Avaí). Trata-se de uma sucessão de ações que acontecem desde 2010, destacando a consolidação no percurso longitudinalmente (Cury, 2016b, 2019b).

Foram muitas as experiências e, em cada uma delas, novas situações para análise das relações entre os indígenas envolvidos e o museu como *locus* cultural e da cultura tradicional. Além dos grupos acima, também foram vários os contatos com os Kaingang da TI Nonoai, em Passo Fundo (RS), por meio das articulações com o pesquisador indígena nascido nesta TI, Josué Carvalho. Esse pesquisador também desenvolveu um pós-doutorado em museologia,³ aprofundando questões pertinentes à musealidade e à musealização, à imaterialidade (aquilo que é sagrado para os Kaingang e o mundo mítico) e materialidade (os objetos), sob o

3 O estudo intitulado *As relações entre o mundo dos humanos e o mundo dos espíritos a partir dos artefatos: o índio, o museu e a musealização do objeto*, desenvolvido de 1/08/2016 a 31/01/2019, esteve vinculado ao MAE-USP, com bolsa CNPq, e ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus-USP), com bolsa PNPd-Capes.

olhar do Kujá (pajé) Jorge Garcia (TI Nonoai), abordagem fundamental para reflexões sobre a musealidade (Carvalho, 2015).

Muitas destas ações foram organizadas entre o Museu Índia Vanuïre e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), dentre elas o Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus, que ocorre anualmente, assim intitulados:⁴ Questões indígenas e museus – Debates e possibilidades, 2012; Questões indígenas e museus – Enfoque regional para debate museológico, 2013; Museus e indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate, 2014; Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão, 2015; Museus etnográficos e Museu indígenas – Diálogo e diferenciação, 2016; Museus etnográficos e indígenas – Aprofundando questões, reformulando ações, 2017; Políticas públicas para ampliação da gestão compartilhada, 2018, e Línguas Indígenas no Oeste Paulista: Aprendizagens, Avanços e Futuro, 2019.

O Encontro, de cujas edições resultou uma série de livros (Cury, Vasconcellos, Ortiz, 2012; Cury, 2015, 2016c, 2016d, 2020b), tem como objetivo realizar discussões conjuntas entre pesquisadores, profissionais de museus e grupos indígenas, com a finalidade de construir caminhos de interação no museu tradicional, mas com trocas e com as contribuições das conquistas dos museus

4 As programações dos Encontros listados encontram-se disponíveis em: <https://www.museu.indiavanuire.org.br/epqim/>.

indígenas.⁵ As experiências museais levantaram diversas questões, muitas delas consolidadas nas edições desse evento.

Nas várias edições do Encontro, participaram, a convite da organização, com recursos públicos da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (Acam Portinari), MAE-USP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além dos Kaingang, Krenak, Guarani Nhandewa e Terena das TI Araribá, Icatu e Vanuíre, representantes da TI Apucarana (PR), e da TI Rio Silveira (SP), do Museu Kanindé (edições 2014, 2015, 2016), do Museu Jenipapo-Kanindé (edições 2015, 2016), Casa da Memória do Tronco Velho Pankararu (2014) e Museu Pitaguary (CE) (edições 2016, 2017), e do Museu Kapinawá (PE) (edições 2015, 2016), e do Museu Kuahí (AP) (edição 2015). Os Kujás Jorge Garcia e Maria Constante, com seus dois filhos, da TI Nonoaí (RS), também participaram (edições 2013 e 2014).

Ainda, participações diversas foram importantes, tais como no Fórum de Museus Indígenas do Ceará e Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, ambos ocorridos em 2014, no Museu Kanindé, no município de Aratuba (CE). O II Fórum de Museus Indígenas do Ceará e II Fórum de Museus Indígenas do Brasil aconteceram, respectivamente, no Museu Indígena Jenipapo-Kanindé e no Museu Indígena Kapinawá em 2016. O III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil foi organizado em 2017

5 Nas regiões paulistas, há quatro museus indígenas em funcionamento: Museu Worikg (Kaingang) e Museu Akâm Orâm Krenak, ambos na TI Vanuíre, Museu-Trilha Dois Povos Uma Luta (Kaingang e Terena) na TI Icatu, e a Casa de Memória (Guarani e Terena), Aldeia Teregua, TI Araribá. Há outros em formação. A esse respeito, ver artigos indígenas sobre seus museus em Cury (2020b).

pela Comunidade de Nazaré, povo Tabajara, em Lagoa de São Francisco (PI).

O que vimos aqui apresentar para discussão são questões relativas à produção de informações durante os trabalhos nas Terras Indígenas, entrando no cotidiano indígena, mas também nos espaços dos museus, visando entender, na musealização, como construímos a musealidade ou a reproduzimos no dia a dia e em cada projeto.

O que se registra (em vídeo, áudio e fotografia) ou recolhe (saberes, objetos, matéria prima) em ações museais nas terras indígenas, individualmente ou em equipe, requer cuidados, pois esse material, a priori, é integrado ao museu. Mas os cuidados concernem principalmente a como registrar e, ainda, aos usos possíveis dos registros e saberes, pontos que devem ser orientados por uma política de gestão de acervo e pelo que entendemos como tecnologias e procedimentos para coleta, entrada, inserção institucional, uso e acesso. O que há de novo, nesse sentido, são as demandas indígenas aos museus, acompanhando suas reivindicações e lutas que vêm se intensificando após a Constituição de 1988, atingindo vários setores (saúde e educação), inclusive o museu. Entre antigas práticas museais, atualizações da antropologia, arqueologia e museologia e as reivindicações indígenas há um trânsito de ideias e práticas que precisa ser afinado.

As políticas culturais museais, apesar dos avanços, ainda necessitam se aperfeiçoar nos aspectos apontados sobre a realidade dos museus e os anseios dos indígenas. No entanto, vimos

trazer uma discussão sobre procedimentos para que os indígenas, individualmente, em grupo e/ou coletivamente, tenham suas autorias, imagens e personalidades preservadas pelo museu e nos espaços do museu, resguardando seus desejos atuais e motivações para as futuras gerações de indígenas e de profissionais que atuem nas instituições envolvidas, considerando o caráter de permanência dos museus (Cury, 2016a). Temos que lembrar: se generalizações são incompatíveis com a diversidade cultural indígena, igualmente nesta situação é preciso ampliar as políticas de forma a dar conta da diversidade no museu, aspecto para o qual a política de gestão de acervo deve atentar também.

Outro ponto cujas atenções das políticas museais ainda devem contemplar diz respeito àquilo que é sagrado aos povos indígenas – objetos de pajé, ritualísticos e outros ligados à espiritualidade e sepultamentos, e também os remanescentes humanos em museus. Tais questões se tornam evidentes quanto à premência de discussão quando, em ações com indígenas em museu para a requalificação de coleções e curadoria compartilhada, se sucederam pajelanças, orientações de guarda e de conservação preventiva, conselhos sobre manipulação e pedidos e recusas para não expor e divulgar (Pereira; Melo, 2020), mas também sobre o sagrado (Barbosa *et al.*, 2020) e a espiritualidade na musealidade e musealização (Cury, 2020a).

Os trabalhos nas terras indígenas, envolvendo os mais velhos, adultos, jovens, crianças, homens e mulheres, narrativas, saberes, revelações, tomadas de imagens diversas em diferentes

ambientes (a casa, o quintal, a mata, áreas e cabanas sagradas, cachoeiras etc.) e manifestações (muitas vezes relacionadas à espiritualidade) requerem muito cuidado e atenção, agora considerando equipes e trocas que se fazem com os indígenas, com os benefícios e entraves próprios da colaboração. Os trabalhos dentro das quatro paredes do museu, por sua vez, podem envolver os mesmos agentes, incluindo o pajé, diretamente envolvente na cultura material, ancestralidade/antepassado, presente-passado-futuro e espiritualidade manifesta em diversas ações, mas evocada nas formas como os objetos são curados (Cury, 2020a, 2019a, 2018, 2017, 2016b).

Política de gestão de acervo na pauta

Há um descompasso entre os avanços da antropologia, arqueologia e museologia e a museografia que é preciso colocar em equilíbrio. Os museus que vêm trabalhando em colaboração com povos indígenas estão contribuindo com as relações necessárias para aproximações e reorientações de rumos, sobretudo se a parceria universidade e poder público se estabelecer. Há dois exemplos que não podem ser esquecidos sobre a importância da colaboração para as práticas museais. O primeiro, nos EUA, refere-se à Native American Graves Protection and Repatriation Act (NAGPRA), o segundo, no Canadá, ao Turning the page - forging new partnerships between museums and First Peoples - Task Force on Museums and First Peoples (1992), elaborado em colaboração pelas Primeiras Nações e a Associação Canadense de

Museus; além da essência colaborativa do documento, entre os diversos tópicos tratados, há um específico que aborda a *Partnership*. Nuno Porto nos traz um exemplo, também do Canadá, a Rede de Pesquisa Recíproca. Conforme Porto (2016), a Rede é constituída pela parceria entre o Museum of Anthropology (MOA) da Universidade da Colúmbia Britânica, os Musqueam, a Nação Stó:lõ, e o centro U'mista dos Kwakwaka'wakw, visando reunir coleções de diferentes instituições e tornar as classificações indígenas e não indígenas inteligíveis entre si.

No Brasil, há algumas contribuições bastante relevantes nos Museus de Arqueologia e Etnologias das universidades federais de Santa Catarina (UFSC), do Paraná (UFPR) e de São Paulo (USP), e do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como no Museu Paraense Emílio Goeldi no Pará e no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que envolvem formação de coleções, curadoria de exposições e coleções, catalogação, repatriamento virtual e outras ações, com abordagens diferentes, mas com o protagonismo indígena.

Entre tantas possibilidades, a requalificação de coleções é uma delas, pela amplitude nas construções da musealidade e novas formas de musealização dos *musealia*.

A associação dos povos indígenas às práticas interpretativas das coleções desconstruiria a visão dos coletores e das técnicas museais vigentes e reconstruiria uma nova percepção das mesmas. A apreensão dos objetos etnográficos, enquanto artefatos dotados de uma função e uma significação, sofreria então uma mudança qualita-

tiva, pois seria portadora de um poder evocativo e de mediação. Nessa ótica, os objetos etnográficos seriam apreendidos menos como testemunhos de culturas tradicionais e mais como suportes de um discurso identitário de povos longamente silenciados nessas instituições. (Velthem, 2012, p. 64).

O alcance da requalificação é imenso, tanto pelos conhecimentos produzidos e informações levantadas quanto pelas relações estabelecidas entre os integrantes do grupo participante, e entre o grupo e os profissionais de museus, por um lado. Por outro lado, a requalificação como ação de curadoria se dirige à gestão de coleções, considerando uma política em constante definição, e precisamos da participação indígena para reformulações e atualizações.

Entre opções e inovações em curso, muitas delas envolvendo populações, povos ou grupos indígenas, embora ainda localizadas, os manuais de gestão de coleções tornam-se limitados, aspecto que colocamos a seguir.

Não é objetivo deste texto fazer a crítica aos manuais, eles têm um papel a cumprir. O que se coloca é sua atualidade e pertinência, dentro das circunstâncias trazidas, que tendem a se ampliar. Os manuais precisam ser atualizados ao passo que atualizamos as políticas institucionais e as práticas museais. É importante dizer que os manuais se sustentam na legislação e éticas vigentes, isto é, Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus (Icom), legislação profissional do Conselho Federal de Museologia (Cofem), Estatuto Brasileiro de Museus, mas há que

se considerar as recomendações internacionais feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A questão pontual está nos direitos indígenas não somente à musealização, mas, antes de tudo, à musealidade. Um ponto objeto de crítica é que os manuais não atendem às demandas indígenas, e aqui a museologia se faz necessária nas suas diversas vertentes, tais como: a museologia social, a museologia crítica e a museologia indígena, preferencialmente as três, para se chegar aos termos que atendam a autodeterminação⁶ indígena no museu tradicional, pois no museu indígena já está presente pela autogestão.

Nos direitos atuais, ações são levadas a cabo com indígenas nas terras indígenas e no museu. Essa aproximação e a geração de registros e coletas requer consentimento, o que deve ser questionado. Afinal como o consentimento é obtido em uma ação que beneficia os grupos indígenas? Como o consentimento foi construído? Como o próprio consentimento foi registrado? O consentimento envolve quais sujeitos? Consentimento para o quê, para quê, por quanto tempo? Qual o instrumento de registro do consentimento? Foi considerado o direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI) aplicado ao museu?

A museografia não está preparada para acompanhar esse processo de formação, aquisição e entrada de acervo, dada a situação dos envolvidos – indígenas que vêm

6 Na aplicação no museu da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (Organização das Nações Unidas, 2007).

sofrendo expropriações de seus lugares sagrados, de seu modo de vida, de sua cultura e saberes por mais de cinco séculos. Isso acontece até hoje em diferentes níveis e planos na sociedade brasileira. (Cury, 2016a, p. 12).

Buscando uma discussão, damos alguns exemplos. Os manuais de documentação museológica orientam que:⁷

1. No que se refere à musealização:

a) Na visão sobre a biografia do objeto – “[...] o objeto passa a ser descrito sob duas circunstâncias: sua vida útil antes de fazer parte do museu e depois, quando ganha novos usos e sentidos dentro do espaço de salvaguarda.” (Padilha, 2014, p. 20).

b) Na visão sobre procedimentos de gestão –

ao ingressar no museu, um objeto passará por um processo de musealização, ou seja, ele deixará de ter uma função cotidiana e passará a ter uma função simbólica. Na prática, isso significa que, inicialmente, ele será avaliado por uma comissão que deverá decidir se deve – ou não – fazer parte da coleção. (Bottallo, 2010, p. 53).

Não queremos que as culturas indígenas sejam tratadas pelos museus tradicionais como exceções, mas como especificidades e diferenças. O museu pode fazer isso, colocando em prática aquilo que defende: a diversidade e as diferenças culturais.

7 Ambos os exemplos estão apresentados em Cury (2016a, p. 12-14).

O marco entre a vida do objeto e os novos sentidos adquiridos no museu, o antes e o depois do ingresso no museu para as culturas indígenas, deve ser ampliado.

O objeto doado ao museu por indígenas – ou seja, escolhido por ele para ser preservado – já tem um valor simbólico atribuído que não se perde (musealidade), como se, na passagem ao museu, o objeto fosse destituído de seus valores essenciais definidos anteriormente por uma coletividade e, ainda, esvaziado politicamente em termos da sua escolha para a musealização. Não raramente, certas questões relativas ao sagrado somente são percebidas e vividas por alguns indígenas, o que impõe um reconhecimento e respeito pelo museu, de modo a permitir acessos definidos. E porque há uma seleção prévia feita pelos indígenas a respeito do que é importante estar no museu, qualquer comissão de avaliação, que deve existir, precisará considerar as escolhas indígenas, mesmo que haja controvérsias geradas por outros pontos de vistas, inclusive os acadêmicos.

O caráter de patrimônio cultural (patrimônio nacional, da humanidade ou universal) é também deveras problemático, posto que todo objeto indígena é, antes de tudo, um patrimônio indígena. Quanto ao uso e acesso do objeto pelo museu, no caso das culturas indígenas, deve-se prever condições e restrições a serem discutidas e estabelecidas com os indígenas para cada caso ou situação, o que pode comprometer o acesso ao público em geral, entendendo acessos a públicos especificados por razões particulares.

2. No que se refere ao uso do objeto no museu:

Para tais definições [sobre aquisição e descarte de objetos museológicos], é necessário o reconhecimento do objeto ou da coleção com a finalidade e a missão do museu que pretende incorporá-lo. Cabe ressaltar que o objeto ou a coleção não devem ter condições e nem restrições para sua utilização, pois, uma vez acervo museológico, seu acesso deve ser permitido ao público em geral. (Padilha, 2014, p. 26).

O que se afirma, e o que queremos debater, é como os museus estão preparados e o que devem considerar para uma política institucional e de gestão de acervo contemporâneas que respeitem os direitos indígenas de musealizar aspectos da sua cultura para as futuras gerações indígenas, especialmente de pajés, e não indígenas; e, ainda, como querem dialogar com os profissionais de museus e com a sociedade da qual fazem parte. Como pano de fundo, temos o papel contemporâneo dos museus e a definição de procedimentos que garantam, no presente e no futuro, os direitos indígenas.

Caminho

Mais do que nunca, os museus precisam trabalhar com os povos indígenas para intervir na política institucional e de gestão de acervo, alcançando todos os níveis da ação museal.

Muitas das reivindicações indígenas são conhecidas – retorno dos pesquisadores sobre os resultados das pesquisas nas quais

fizeram parte como informantes, usos dos objetos e imagens indígenas pelo museu e representações em exposições e publicações, ter voz e falar por si (autorrepresentação). Há, no entanto, outros aspectos a serem considerados, que, apesar da complexidade, dificuldades e limitações, devem ser contemplados, caso a caso, o que a política de gestão deve observar. Referimo-nos aos Direitos da personalidade, Direito à imagem, e Direito autoral individual e coletivo.⁸

Os indígenas têm seus direitos de personalidade e de imagem resguardados bem como o controle do uso da sua imagem, compreendendo a representação fiel ou da sua aparência por meio de fotografias, retratos, pinturas, desenhos, gravuras e outras formas plásticas, caricaturas e elementos de decoração, incluído ainda manequins, máscaras, imagem sonora e gestual, e outras formas de expressão da personalidade. Têm, também, seus direitos autorais individuais ou coletivos garantidos pela Constituição e pela lei de direitos autorais, embora os casos específicos mereçam atenção.

Podemos nos basear nos resultados da discussão do Museu do Índio⁹, em 2013:

- O interesse dos índios por seus acervos documentais e culturais impõe uma nova agenda para as instituições

8 Sobre a problemática desses direitos, à luz da aplicação no museu, para atender às demandas indígenas, ver Cury (2016a, p. 14-16). A propósito de uma discussão sobre a legislação, no que concerne às culturas indígenas, ver Baptista e Valle (2004).

9 Fazemos referências também ao I Encontro de Museus Indígenas de Pernambuco, realizado em 2012, e ao Seminário Políticas Públicas para o Patrimônio, a Memória e os Museus dos Grupos Étnicos e Tradicionais do Ceará, ocorrido em 2009.

públicas de repensar sua relação com os povos indígenas, a partir de demandas para a identificação, reunião e recuperação e acesso a acervos constituídos no passado, depositados em inúmeras instituições, constituindo fundos de referência para a preservação cultural indígena.

- O registro e a documentação cultural, com o uso de diferentes tecnologias, coloca a questão da necessidade de estabelecer critérios sobre o que guardar e para que guardar, bem como levantam a questão do direito de uso das informações e imagens coletadas no passado e no presente. (Museu do Índio, 2013, p. 3).

A formalidade deve ser estruturada, visto que se trata também de formas de proteção, seja dos indígenas, dos profissionais envolvidos, seja das relações entre eles e da instituição que se coloca comprometida com uma função social. Embora a práxis nos apresente muitas dificuldades para que tal concepção política reverta em mudanças políticas para gestões procedimentais e técnicas, uma mudança de cultura institucional deve chegar aos museus, isso está assinalado.

Cruzamentos, integração e equilíbrio

Com a Política Nacional de Museus (Brasil, 2003) e a criação do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram (Brasil, 2009), os museus brasileiros passam a um importante processo de profissionalização, por meio de parâmetros sobre como se organizar institucionalmente. Uma orientação fundamental refere-se ao Plano Museológico (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009), introduzido não como uma novidade, mas

como política pública museal em proveito do desenvolvimento do campo no país – “Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” (Brasil, 2009). No art. 45, temos o conceito tal como segue:

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (Brasil, 2009).

Do art. 45, destacamos o “sentido global e integrador” para a “identificação da instituição museológica”, seus objetivos e organização setorial e por programas.

Entre os programas, traçados interdisciplinarmente para flexibilidade na exequibilidade, trazemos para esta discussão aqueles referentes ao que está posto em discussão: os programas Institucional, de Acervos, de Exposições, Educativo e Cultural e de Pesquisa.

A Política de Gestão de Acervo aborda a importância do acervo e das coleções para a conceituação e operacionalização dos museus, por isso está no cruzamento entre diversos programas do Plano Museológico.

A identificação da instituição e seu estatuto conceitual compreende a gestão política, características institucionais, trajetória

e histórico da formação de coleções e abrangência territorial. As linhas de pesquisa no escopo da cultura material, os estudos de público/recepção e patrimoniais e elaborações sobre colecionismo e colecionamento se colocam no programa de pesquisa. O programa de exposições trata desses processos, podendo estar relacionado ao programa de educação, o qual compreende os projetos e atividades destinados a diferentes públicos. O programa de acervo gerencia a aquisição, salvaguarda e restauração (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006). De fato, estes programas dizem respeito à curadoria, ações em torno dos *musealia* – formação de coleção, pesquisa, salvaguarda e comunicação museal, aqui destacada como processo sustentado pela política de gestão de acervo, por envolver não somente tudo o que diz respeito aos *musealia*, mas a musealidade e os agentes envolvidos na musealização como curadores, quais sejam:

1. Os profissionais de museu – todos os envolvidos: arqueólogos, antropólogos, museólogos, educadores, conservadores, documentalistas, arquitetos etc.
2. Os visitantes do museu.
3. Os constituents¹⁰ – de quem se fala no museu, os integrantes das culturas re-lacionadas ao museu. Neste texto os povos originários no Brasil.
4. Os encantados que, desde a espiritualidade indígena, fazem suas contribuições, especialmente por meio dos pajés. (Cury, 2020a, p. 19-140).

10 "Welsh [1988] chama de 'público visitante' aqueles que vão ao museu para vê-lo, e de 'constituents' aqueles cuja cultura está sendo vista/exposta. Para Welsh, ambos são considerados constituencies." (Ames, nota 5, p. 58).

A gestão cuida dos objetos no sentido do *status* que adquirem ao serem musealizados, para normalizações na entrada e incorporação institucional, armazenamento, circulação e no que concerne à informação, dando suporte a um protocolo integrado de ação que determine diretrizes e procedimentos a serem incorporados à rotina institucional para consolidação e trato de coleções quanto ao cuidado físico e da informação, assim como seus usos e a potencialização da disseminação da informação.

Desde as contribuições dos manuais, tomamos como base que

Uma Política de Gestão de Acervo deve esclarecer pontos fundamentais sobre o tratamento das coleções desde formas de uso (estudo, exposição, empréstimos institucionais, por exemplo), até o estabelecimento de uma Política de Aquisição que contemple as principais orientações sobre formas de aquisição e tipologia museológica que deve ser incorporada ao museu. Dessa forma, e por oposição, essa política deve orientar sobre eventuais descartes que possam contribuir para dar ao museu uma característica marcante em relação ao tratamento das coleções. (Bottallo, 2010, p. 53).

Ainda temos como referência que

A Política de Gestão de Acervo é um documento extremamente fundamental, que assegura o que a administração de cada museu elege e formata. Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de

investigação do acervo e os caminhos que devem ser tomados para a sua preservação. (Padilha, 2014, p. 26).

A política de gestão de acervo é o lugar de cruzamento, mas de integração de setores, mas de diálogos e trocas, para a constituição de um museu que se organize no equilíbrio entre sua autoridade, inquestionável, mas com atenção e respeito aos direitos indígenas ao museu, inserindo a autodeterminação e a autorrepresentação em pauta e ação. Assim propomos:

1. Discutir sobre formação, musealidade e musealização de coleções indígenas para sustentar a formulação de políticas públicas e institucionais,
2. Apontar procedimentos para a gestão documental de coleções oriundas de grupos indígenas na atualidade,
3. Estudar criticamente a documentação de momentos passados, sem apagamento dos registros anteriores, o que consistiria em apagamento de expressões do colonialismo e da colonialidade que precisamos manter,
4. Rediscutir representação no museu por meio de exposições, materiais de educação e gráficos e outros amplamente utilizados pela divulgação para a construção de uma imagem institucional, à luz dos direitos indígenas a imagem, personalidade e autoral,
5. Fundamentar a participação indígena na musealização, musealidade e curadoria das coleções formadas no passado, mas também naquelas em formação na atualidade, e

6. Ao lado da representação, promover a autorrepresentação na curadoria, também em publicações e outras formas em que os indígenas falem por si e manifestem suas autonarrativas.

O trecho a seguir corresponde ao depoimento de Dirce Jorge Lipu Pereira, Kaingang (TI Vanuíre, SP), feito em 18 de maio de 2020, sobre o lançamento do livro no qual ela e outros indígenas são autores:

Meu nome é Inã que significa mãe. Sou Kujã [pajé], sou Kaingang. O que significa pra nós, o livro, é nós contando a nossa história, nós mesmos contando a nossa história, do jeito que a gente fala, e o livro vai ser escrito do jeito que a gente fala da nossa cultura, do nosso povo, porque isso é muito importante pra nós que fala da nossa cultura, não é outras pessoa, o que tá escrito no livro é do mesmo jeito, a mesma linguagem que a gente fala, não é a voz do não índio, é a voz do índio, é a voz nossa, nós indígena, isso pra nós é muito importante, porque não é outras pessoa que tá contando a história indígena, é nós mesmo que tamo contando a nossa história, isso é muito importante pra mim, não só pra mim mas para o nosso povo isso é muito importante e nós temos muito orgulho de falar de nós mesmo. Isso é muito orgulho!

Esperamos que a autorrepresentação traga alguma inspiração para o trabalho museológico.

Referências

AMES, Michael. “Cannibal tours”, “glasses boxes” e a política de interpretação. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cassia (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. Trad. Rafaela Mendes Medeiros. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 51-68. Acesso em: 17 jul. 2020.

BARBOSA, Pajé *et al.* O sagrado no museu. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020. p. 37-47.

BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: *Documentação e conservação de acervos museológicos*. Brodowski: ACAM Portinari; São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010. p. 48-79.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009. Insitui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009a.

BRASIL. *Lei nº 11.906*, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 cargos efectivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos de Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009b.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 422*, de 30 de novembro de 2017. Dispõe da política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. Brasília: Ministerio da Cultura/Ibram, 2017a.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 315*, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Brasília: Ministério da Cultura/Ibram, 2017b.

BATISTA, Fernando Mathias; VALLE, Raul Silva Telles do. *Os povos indígenas frente ao Direito autoral e de imagem*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014.

CARVALHO, Josué. O museu, o nativo e a musealização do objeto. *Campus*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 59-74, 2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ICOM. Disponível em: www.icom-museum.org. Acesso: 27 jul. 2020.

CURY, Marília Xavier. *Política de acervo*. Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre: Proposta preliminar. Tupã: ACAM Portinari; MAE-USP, 2014.

CURY, Marília Xavier (org.). *Questões indígenas e museus – Enfoque regional para debate museológico*. Brodowski: ACAM Portinari; MAE-USP; SEC, 2015. Disponível em: <https://www.museuindiavanuire.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CURY, Marília Xavier. Direitos indígenas no museu: Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. In: CURY, M. X. (org.). *Direitos indígenas no museu: Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016a. p. 12-22.

CURY, Marília Xavier. Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal. In: LIMA, M. F.; ABREU, R.; ATHIAS, R. (org.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE; ABA, 2016b. p. 149-170.

CURY, Marília Xavier (org.). *Museus e indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate*. Brodowski: ACAM Portinari; MAE-USP; SEC, 2016c. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/86/74/359-1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CURY, M. X. Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. In: IV Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus / V Seminário Museus, Identidades e Patrimônios Culturais. Programa e Resumos. Tupã: ACAM Portinari, SEC, MAE-USP, 2016d.

CURY, Marília Xavier. Lições Indígenas para a descolonização dos Museus: Processos comunicacionais em discussão. *Cadernos Cimeac*, Uberaba, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 184-211, 2017.

CURY, Marília Xavier. La museología y lo sagrado: La resacralización del museo. In: Mairesse, F. (Ed.). *Museology and the sacred*. Materials for the discussion. Paris: Icofom, 2018. p. 60-64.

CURY, Marília Xavier. The sacred in museums, the Museology of the sacred: the spirituality of indigenous people. *ICOFOM Study Series*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 89-104, 2019a.

CURY, Marília Xavier. Museu e exposição: O exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. In: *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019b. p. 313-348.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade museal, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020a.

CURY, Marília Xavier. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuïre, MAE-USP, 2020b.

CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (org.). *Questões Indígenas e Museus – Debates e Possibilidades*. Brodowski: ACAM Portinari; MAE-USP; SEC, 2012. Disponível em: <https://www.museuindiavanuire.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Conceitos-chave de Museologia*. Trad. e comentários de Bruno Brulon e Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM Brasil, SEC-SP, 2014.

I ENCONTRO DE MUSEUS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO. *Documento final*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de julho de 2006. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM Disponível em: <https://www.museus.gov.br/>. Acesso: 27 jul. 2020.

MIGNOLO, Walter. *Museus no horizonte colonial da modernidade*. Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. Trad. Simone Neiva Loures Gonçalves

e Gisele Barbosa Ribeiro. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 309-324, 2018.

MUSÉES DE LA CIVILISATION. *Indigenous peoples policy*. Québec, jan. 2015.

MUSEU DO ÍNDIO. *Gestão de acervos culturais em centros de formação, de documentação, de cultura e museus indígenas no Brasil*. Documento final do seminário. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2013.

NATIVE AMERICAN GRAVES PROTECTION AND REPATRIATION ACT - NAGPRA, 1990. Disponível em: www.nps.gov/nagpra/mandates/25US-C3001etseq.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Convenção nº 169*, de 7 de junho de 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Resolução 42/7*: Retorno ou restituição dos bens culturais a seus países de origem. Conselho de Segurança das Nações Unidas, 5 mar. 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. Nações Unidas, 13 de setembro de 2007.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2).

PEREIRA, Dirce Jorge Lipu; MELO, Susilene Elias de. Ética: remanescentes humanos em museus. In: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SESC-SP; ACAM Portinari; Museu Índia Vanuúre; MAE-USP, 2020. p. 32-36.

PORTO, Nuno. Para uma museologia do sul global. Multiversidade, descolonização e indenização dos museus. *Revista Mundaú*, Maceió, n. 1, p. 59-72, 2016.

REDE de Pesquisa Recíproca. Disponível em: <https://www.rrncommunity.org>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO, A MEMÓRIA E OS MUSEUS DOS GRUPOS ÉTNICOS E TRADICIONAIS DO CEARÁ. *Documento final do seminário Emergência étnica*. Fortaleza: Rede Cearense de Museus Comunitários, 2009.

TURNING THE PAGE: Forging new partnerships between museums and First Peoples - Task Force on Museums and First Peoples. Ottawa, Canada: Assembly of First Nations, Canadian Museum Association, 1992.

VELTHEM, Lucia van. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, 2012.